



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

VOTO-VOGAL

O SENHOR MINISTRO CAMPBELL MARQUES: Senhor Presidente, o Ministro Luis Felipe Salomão traz a julgamento as duas Ações de Investigação Judicial Eleitoral¹ (AIJEs) ajuizadas em desfavor de Jair Messias Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão, respectivamente presidente e vice eleitos no pleito de 2018, e outros – que visam a apurar a suposta prática de abuso do poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação social, tal qual descrito no art. 22, XIV, da Lei Complementar nº 64/1990.

Conforme bem sintetizado por sua excelência, ambas as ações investigam “[...] o disparo em massa de mensagens de whatsapp, durante o período de campanha, em benefício da chapa vencedora das Eleições 2018, possuindo conteúdo desfavorável em relação a seu principal adversário político. [...]”.

A primeira questão diz respeito à possibilidade de julgamento conjunto das ações.

Parece-me que, no caso dos autos, a reunião das ações para julgamento conjunto não é apenas desejável, como necessária.

Isso porque o art. 96-B da Lei nº 9.504/1997 é categórico ao indicar que “serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira”.

¹ AIJEs nºs 0601968-80/DF e 0601771-28/DF.

Conforme se verá mais adiante, os fatos descritos nas duas ações são imbricados, e a reunião das ações, ainda que não houvesse expressa determinação legal, seria absolutamente recomendável.

Assim, desde logo, adiro à proposta do relator de promover o julgamento conjunto das AIJEs nºs 0601968-80/DF e 0601771-28/DF.

Passo à análise das preliminares apresentadas pelos investigados, que, caso acolhidas, obstarão o exame do mérito das ações.

Os investigados alegam de maneira uníssona a inépcia da inicial, devido à suposta debilidade da descrição dos fatos tidos por ilícitos, bem como da ausência de instrução do feito com arcabouço probatório mínimo que viabilizasse o prosseguimento das ações.

Entendo, contudo, que tal alegação não deve prosperar.

Conforme assentado pelo Ministro Alexandre de Moraes, nos autos do REspEI nº 257-73/SP, “[...] não se cogita de inépcia da inicial, [...] uma vez devidamente especificados a causa de pedir e o pedido, possibilitado o exame dos fatos imputados aos investigados, o exercício efetivo da ampla defesa e do contraditório [...]”.

As petições iniciais de ambas as ações narraram as condutas tidas por ilícitas, indicaram seus autores e aqueles que teriam financiado a empreitada, bem como apontaram as provas que pretendiam produzir para comprovar o alegado.

Assim, da mesma forma que o relator, rejeito a preliminar de inépcia das iniciais.

Tampouco deve prosperar a preliminar de ilegitimidade passiva, levantada tanto pelo Presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, quanto pelos sócios das pessoas jurídicas Yacows, Kiplix e AM4.

Com relação aos eleitos, é o caso de rejeição da preliminar de ilegitimidade.

Isso porque serão sempre os candidatos, eleitos ou não, os beneficiários em tese de condutas ilícitas que possam vir a violar o pleito.

Dessa forma, sua participação no polo passivo das ações eleitorais é obrigatória, sob pena de ser impossível a prestação da jurisdição por esta Justiça especializada, justamente porque somente se diplomam os candidatos eleitos.

Em reforço a esse ponto, rememoro o debate travado nos autos do RO-EI nº 0603030-63/DF, de minha relatoria, em que esta Corte afastou a nulidade atinente à não citação de litisconsorte passivo diferente da pessoa do candidato.

Naquela assentada, estabeleceu-se que, uma vez que “inexiste relação jurídica controvertida entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita nas ações de investigação judicial por abuso do poder político”, não há nulidade quando, na formação do polo passivo, não se contempla o autor da conduta, desde que não seja ele o candidato.

Em outras palavras, reafirmou-se a ideia de que o polo passivo das demandas eleitorais deve sempre conter o candidato autor ou beneficiado pelo ilícito eleitoral, porquanto esses, sim, são essenciais à prestação jurisdicional a ser realizada pela Justiça Eleitoral.

Rechaço, também, a tese de ilegitimidade passiva referente aos sócios das empresas Yacows, Kiplix e AM4.

Tal qual afirmado pelo relator, sendo as empresas as supostas autoras das condutas, é natural que seus sócios figurem no polo passivo das ações.

Ainda quanto ao tema, rememoro que esta Corte já decidiu, consoante à legislação eleitoral (art. 22, *caput*, da LC nº 64/1990), que se aplica a teoria da asserção, segundo a qual a presença da legitimidade e do interesse é verificável à luz das afirmações feitas pelo demandante em sua petição inicial *in status assertionis*, sob pena de se exercer juízo antecipado de mérito (AIJE nº 0601862-21/DF, rel. designado Min. Jorge Mussi, julgada em 19.9.2019, *DJe* de 26.11.2019).

Somente após concluída a apuração – jamais antecipadamente – é que seria possível excluir este ou aquele dirigente das empresas alvos da apuração.

É dizer, trata-se de questão intimamente ligada ao mérito, sendo impossível tratá-la como preliminar, *stricto sensu*.

Afasto, assim, as alegações de ilegitimidade passiva.

No tocante à preliminar de ausência de interesse processual, considero que esta já foi afastada, quando afirmei, tal qual o relator, que as petições iniciais de ambas as ações preenchem os requisitos necessários para o seu processamento.

Considero outrossim que se encontra resolvido o pedido de decretação da litispendência em relação à AIJE nº 0601968-80/DF, porquanto, da mesma forma que afirmado pelo relator do caso, não são de demandas idênticas.

Note-se, na linha da nossa jurisprudência, que, “não obstante a possibilidade de verificação da litispendência nas ações eleitorais de cassação (REspe 3-48, rel. Min. Henrique Neves da Silva, julgado em 12.11.2015), deve-se evitar o encerramento anômalo da ação subsequente quando não estiver evidenciada a perfeita identidade entre a relação jurídica-base discutida em ambas as ações” (REspe nº 709-48/MG, rel. Min. Admar Gonzaga, julgado em 4.9.2018, *DJe* de 16.10.2018).

Ademais, a aplicação do art. 96-B da Lei das Eleições obsta a possibilidade de pronunciamentos contraditórios.

Cabe, ainda, a esta Corte se debruçar sobre a grave alegação do eleito, Jair Messias Bolsonaro, de cerceamento de defesa.

A violação adviria das provas trazidas a estes autos a partir do compartilhamento de informações com o Supremo Tribunal Federal, obtidos a partir dos Inquéritos nºs 4.781 e 4.828, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes.

Tenho que não há como prosperar tal alegação.

Na verdade, extraio dos autos que o respeito ao contraditório foi realizado não apenas em seu aspecto formal, mas em sua acepção material.

Isso porque o eminente relator quintuplicou o prazo para alegações finais previsto em lei e, da leitura das alegações finais trazidas aos autos, percebe-se que esse tempo extra concedido foi bem utilizado pelas defesas.

Nesse contexto, a jurisprudência desta Corte elucida que, “ausente a demonstração de prejuízo, não cabe o reconhecimento de nulidade referente ao suposto cerceamento de defesa, a teor do art. 219 do Código Eleitoral” (REspe nº 361-34/SP, rel. Min. Admar Gonzaga, julgado em 6.11.2018, *DJe* de 22.11.2018).

No mesmo sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AgR-AI nº 17-61/MG, rel. Min. Sérgio Banhos, julgado em 26.8.2021, *DJe* de 13.9.2021; AgR-REspe nº 26-21/SP, rel. Min. Luiz Fux, julgado em 21.2.2017, *DJe* de 3.4.2017; e AgRgAg nº 8.434/SP, rel. Min. Carlos Ayres Britto, julgado em 5.5.2008.

Finalmente, cumpre enfrentar a preliminar trazida pela coligação autora no tocante à necessidade do deferimento de inúmeras provas² em razão dos documentos juntados a estes autos a partir dos citados inquéritos que se desenrolam junto ao STF.

² 186.1. A requisição de informações à Polícia Federal e a disponibilização de cópia integral do Inquérito Policial nº 1308/2018, instaurado a pedido do Ministério Público Federal para investigar o recebimento de valores pelas empresas pertencentes a ERNANI FERNANDES e THAIS RAPOSO, ambos sócios proprietários das empresas Novo Brasil Empreendimentos Digitais Ltda. e Raposo Fernandes Marketing Digital Ltda.;

186.2. A requisição de informações à Polícia Federal sobre o andamento atual do Inquérito Policial nº 4871/DF e a disponibilização de cópia integral do mesmo, no intuito de complementar a instrução da presente AIJE com as análises realizadas naquele Inquérito;

186.3. Reiterar o pedido de autorização da quebra do sigilo bancário das pessoas físicas investigadas nesta Ação de Investigação Judicial Eleitoral, bem como das pessoas jurídicas correspondentes, a fim de verificar a existência de pagamentos realizados pelo empresário OTÁVIO FAKHOURY com o intuito de impulsionar material de campanha eleitoral em favor de Jair Messias Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão;

186.4. A intimação do deputado federal, ALEXANDRE FROTA DE ANDRADE, CPF n. 751,992,707-53, com domicílio profissional no Gabinete 216 - Anexo IV - Câmara dos Deputados, CEP 70160-900, Brasília -DF, para que, na condição de testemunha da presente AIJE, elucide questões referentes à afirmação de que o Sr. OTÁVIO FAKHOURY financiou o

No ponto, acompanho integralmente Sua Excelência o relator no sentido de que a instrução necessária para o julgamento destas AIJEs foi realizada a contento, não mais se justificando o prolongamento de ações que, além de penosas para os investigados, também o são para o País e para a normalidade democrática que todos almejamos.

Considero imperioso, também, antes de adentrar no mérito das ações, apontar a atuação destacada dos relatores que se sucederam em seu comando.

impulsioneamento de material de campanha em favor de Jair Messias Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão;

186.5. A intimação do Sr. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY, CPF nº 112.009.508-52, domiciliado na Rua Campos Bicudo, 140, Apt. 181, Jardim Europa, CEP 045360-10, para que, na condição de testemunha da presente AIJE, elucide questões referentes à sua relação com os investigados e sua participação e contribuições durante a campanha eleitoral de 2018;

186.6. A intimação do Sr. ERNANI FERNANDES BARBOSA NETO, CPF n. 007.668.421-00, domiciliado na Avenida Interlagos, 257, bairro Jardim Umuarama, São Paulo/SP, CEP 04661-000, para que, na condição de testemunha da presente AIJE, elucide questões referentes à sua relação com os investigados, especialmente quanto ao recebimento de valores pelas empresas da qual é sócio proprietário Novo Brasil Empreendimentos Digitais Ltda. e Raposo Fernandes Marketing Digital Ltda.;

186.7. A intimação da Sra. THAIS RAPOSO PINTO DO AMARAL PINTO CHAVES, CPF n. 179.984.588-52, domiciliada na Avenida Interlagos, 257, bairro Jardim Umuarama, São Paulo/SP, CEP 04661-000, para que, na condição de testemunha da presente AIJE, elucide questões referentes à sua relação com os investigados, especialmente quanto ao recebimento de valores pelas empresas da qual é sócio proprietário Novo Brasil Empreendimentos Digitais Ltda. e Raposo Fernandes Marketing Digital Ltda.;

186.8. A intimação do deputado federal, EDUARDO NANTES BOLSONARO, CPF n. 106.553.657-70, com domicílio profissional no Gabinete 350 - Anexo IV - Câmara dos Deputados, CEP 70160-900 Brasília DF, para que, na condição de testemunha da presente AIJE, elucide questões referentes à sua relação com os investigados e sua participação e contribuições durante a campanha eleitoral de 2018;

186.9. A intimação do vereador do Rio de Janeiro/RJ, CARLOS NANTES BOLSONARO, CPF n. 096.792.087-61, com domicílio profissional na Praça Floriano s/nº, Prédio: Anexo - Sala: 905 - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20031-050, para que, na condição de testemunha da presente AIJE, elucide questões referentes à sua relação com os investigados e sua participação e contribuições durante a campanha eleitoral de 2018;

186.10. A intimação da Sra. MICHELE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO, CPF nº 711.378.401-10, domiciliada no Palácio da Alvorada, localizado no Setor Palácio Presidencial, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70150-903, para que, na condição de testemunha da presente AIJE, elucide questões referentes à utilização de provedor de internet registrado em seu nome e utilizado para acessar contas no Facebook responsáveis pela disseminação de *fake news* em favor de Jair Messias Bolsonaro;

186.11. Que seja complementado o material disponibilizado às partes da presente AIJE, de modo a incluir o resultado das quebras de sigilos autorizadas pelo e. Ministro Alexandre de Moraes, do STF, em desfavor do empresário e réu da presente ação, LUCIANO HANG;

[...]

Neste Tribunal Superior, têm assento dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça sobre quem, por determinação constitucional³, deve recair o importantíssimo papel de ocupar a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral.

Além das funções próprias de uma corregedoria, o legislador estabeleceu que o Ministro Corregedor-Geral Eleitoral será o relator de todas as ações de investigação judicial eleitoral referentes ao pleito nacional.

Nesse mister, revezaram-se com maestria os excelentíssimos Ministros, Jorge Mussi, Og Fernandes e, atualmente, o Ministro Luis Felipe Salomão.

É essencial que se reconheça que, somente em razão da presteza desses magistrados, será possível que este Tribunal Superior descortine o mérito dessas ações em tempo hábil.

Feito esse registro, passo a julgar o mérito das AIJEs ora em análise.

Sublinha o relator que este Tribunal Superior, nas duas AIJEs, deve solucionar os questionamentos relativos a se (a) houve o disparo em massa de mensagens via WhatsApp em favor da chapa eleita no último pleito presidencial; e, (b) comprovada a prática, esses disparos caracterizam ou não o abuso do poder econômico e o uso indevido dos meios de comunicação social descritos no art. 22, XIV, da LC nº 64/1990, de forma a preencher o requisito de gravidade necessário para que se decrete a cassação da chapa presidencial.

Conforme os autos, ficou comprovado que as empresas investigadas realizaram disparos em massa de propaganda eleitoral visando à última eleição presidencial.

³ Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos: [...]

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Na verdade, as provas carreadas a estes autos demonstram que os disparos em massa de mensagens favoráveis à chapa eleita, mormente ao então candidato à Presidência da República, ocorrida no último pleito, não se limitaram ao período eleitoral, tendo sido disparadas antes, durante e após as eleições.

No ponto, cumpre destacar as provas produzidas tanto na AIJE nº 0601782-57/DF, que tramitou neste Tribunal Superior, quanto nos Inquéritos nºs 4.781 e 4.828, em trâmite no STF.

Na citada ação eleitoral, cujo acervo probatório foi emprestado às ações ora em julgamento, podem-se extrair inúmeras comunicações entre a WhatsApp Inc. e as empresas SMSmarket Soluções Inteligentes Ltda. e Yacows Desenvolvimento de Software Ltda., nas quais a rede social alerta que o serviço de disparo em massa de mensagens fornecido pelas empresas violava a política de uso do aplicativo.

Consta, inclusive, a informação de que a reiteração dessas ações culminou com a exclusão no mês de outubro de 2018, pelo próprio WhatsApp, de números ligados a essas empresas.

Dos Inquéritos nºs 4.781 e 4.828, relatadas por Sua Excelência o Ministro Alexandre de Moraes no âmbito da Suprema Corte, extraem-se as informações de que: (a) o sistema de disparo de mensagens existia antes do período eleitoral e buscava pavimentar a eleição do então deputado Jair Messias Bolsonaro, seja promovendo a exaltação de suas qualidades pessoais, seja disparando ataques aos prováveis adversários; (b) o sistema de disparo de mensagens permaneceu ativo após a eleição, mantendo essas diretrizes.

Considero oportuno, neste momento, fazer uma pequena digressão sobre uma tática que infelizmente vem se tornando a tônica das campanhas eleitorais no Brasil, qual seja, o discurso de ódio.

No Brasil, a propaganda eleitoral, tradicionalmente, era voltada à exaltação das qualidades pessoais do candidato e, não raro, a críticas aos seus adversários na disputa.

Entretanto, tragicamente, o rumo das propagandas tem apontado ainda mais ao sul.

Não são poucos os candidatos que, como o Presidente eleito, têm por foco de suas campanhas ataques generalizados aos demais candidatos, às instituições e até mesmo à própria democracia.

Nesse contexto, o argumento para a obtenção do voto é o ódio, distribuído a esmo e, na maioria das vezes, sem nenhuma verossimilhança fática.

Esse era o mote da campanha que se desenrolou nas redes sociais em favor da chapa investigada, mormente, por meio do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp.

Acredito que no presente julgamento, mais do que aplicar a legislação ao caso concreto, presta-se um serviço inestimável à democracia brasileira, na medida em que se estabelecem parâmetros claros sobre as condutas que não podem ser admitidas em campanhas eleitorais.

Nesse ponto, impende transcrever trecho do voto do relator que, a partir das informações compartilhadas pelo STF, dá concretude a essas afirmações.

Assevera Sua Excelência:

A Deputada Federal Joice Hasselmann relatou, em detalhado depoimento, a existência de disparos em massa de mensagens tendo como pano de fundo tais ataques, os quais vinham ocorrendo desde 2018, como se verifica a seguir:

Tomou conhecimento da existência das chamadas *fake news* à época das eleições de 2018; naquela ocasião parecia-lhe que se tratava de mero debate político, porque as queixas vinham de setores ideológicos. Algum tempo depois, já tendo tomado posse como Deputada, percebeu que haviam [*sic*] pessoas “ao lado e dentro” do Governo que estavam se dedicando sistematicamente à disseminação não só de notícias falsas como também de ameaças. (...) Indaga [*sic*] sobre quem seriam as pessoas a que se referiu, menciona os assessores Tercio Arnaud, José Matheus e Mateus Diniz, todos trabalhando sob a chefia de Filipe Martins, que é assessor para assuntos internacionais do Presidente da República, indicado pelo vereador Carlos Bolsonaro. A depoente conhece pessoalmente todos esses assessores e pode afirmar que a única função que

exercem é a de organizar a divulgação de críticas violentas a dossiês falsos a quem quer que expresse qualquer discordância ao Presidente da República, numa verdadeira guerra virtual.

No depoimento transcrito, em boa medida, resume-se o *modus operandi* da atuação nas redes sociais conduzida pelos investigados, que, como se disse, não se limitou ao período eleitoral.

Dessa forma, entendo que o arcabouço fático-probatório existente nos autos torna incontroverso que a campanha presidencial dos investigados adotou o disparo em massa de mensagens como estratégia em seu favor.

Cumpra agora analisar essas condutas à luz da legislação eleitoral, especialmente, do art. 22, XIV⁴, da LC nº 64/1990.

Esta Corte Superior recentemente passou a analisar esse tipo de controvérsia jurídica em casos igualmente relativos ao pleito de 2018, nos quais pessoas físicas foram arregimentadas para, por meio de suas respectivas contas nas plataformas digitais voltadas para o compartilhamento em massa de conteúdo, propagar, perante os respectivos seguidores, mensagens de cunho político-eleitoral, em troca de vantagens econômicas.

Cito o RO-EI nº 0605635-14/MG, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, cujo julgamento se iniciou na sessão por

⁴ Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:

[...]

XIV – julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar.

videoconferência de 31.8.2021, em que se analisa AIJE fundada na prática de abuso do poder econômico e captação e gastos ilícitos de recursos financeiros de campanha, em razão da “[...] contratação de influenciadores digitais, bem como a utilização de recursos financeiros das empresas controladas pelos investigados para o desenvolvimento e a criação de aplicativo de internet [...]”.

Ainda sobre a mesma temática, trago à lembrança outro julgamento que se encontra em andamento, qual seja, o RO-EI nº 0603975-98/PR, de relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, em que se discute o uso indevido dos meios de comunicação na realização de *live* em rede social.

Sublinho que o entendimento que manifestei nas duas ações é firme no sentido de que o uso abusivo das redes sociais e do aplicativo de troca de mensagens em discussão (WhatsApp) pode ser enquadrado como “meio de comunicação social”, nos termos do que descrito na citada norma.

Abro parênteses para assinalar que apenas o uso indevido da plataforma tem o potencial de se enquadrar na conduta descrita no art. 22 da Lei de Inelegibilidade, ou seja, o uso ordinário da plataforma não tem o condão de preencher o ilícito eleitoral.

É salutar que haja a livre troca de mensagens por aplicativos de mensagem. Essa ferramenta, onipresente no nosso dia a dia, tem um valor inestimável na construção do debate político-eleitoral. Apenas seu desvirtuamento deve ser combatido por esta Justiça especializada.

Tal entendimento foi plasmado no julgamento da AIJE nº 0601969-65/DF (julgada em 24.10.2019, *DJe* de 8.5.2020), que teve por protagonistas praticamente os mesmos investigados, ocasião em que o Ministro Jorge Mussi asseverou com a precisão que lhe é peculiar, que “apenas os casos que extrapolem o uso normal das ferramentas virtuais é que podem configurar o uso indevido dos meios de comunicação social, sem prejuízo da apuração de eventual propaganda irregular, que possui limites legais distintos da conduta do art. 22 da Lei Complementar 64/90”.

É dizer, o que deve ser enfrentado, entre outras condutas abusivas, é a venda de cadastro de eleitores; a contratação de empresas para

disparo em massa de mensagens; a transmissão de *fake news*; o ataque a qualquer grupo ou pessoa em razão de sua cor, credo ou convicção pessoal, etc.

Dessa forma, adoto integralmente o voto proferido pelo relator, no sentido de que o uso indevido da ferramenta de troca de mensagens WhatsApp infringe disposição expressa do art. 22 da Lei de Inelegibilidade.

Entretanto, além de infringir o dispositivo citado, são necessários outros requisitos para que se apliquem as duras penas nele previstas, quais sejam: a cassação dos mandatos e a decretação de inelegibilidade.

Para tanto, nossa jurisprudência há muito estabeleceu que a caracterização do uso indevido dos meios de comunicação social exige “[...] um desequilíbrio de forças decorrente da exposição massiva de um candidato nos meios de comunicação em detrimento de outros”, de modo apto a comprometer a normalidade e a legitimidade do pleito (REspe nº 4709-68/RN, rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 10.5.2012, *DJe* de 20.6.2012).

Entendo, com as devidas vênias dos que eventualmente venham a entender de maneira diversa, não temos nestes autos elementos suficientes para definir que os bens jurídicos tutelados pela norma tenham sido malferidos.

Para tanto, reconheço a importância de rememorar os principais fatos que marcaram o conturbado período eleitoral de 2018.

As eleições gerais daquele ano ocorreram quando Michel Temer ocupava a Presidência da República, porquanto 2 anos antes a então Presidente reeleita havia sofrido o processo de *impeachment*.

Em outras palavras, a análise da gravidade das condutas praticadas não diz respeito a um pleito “ordinário” de Presidente da República, que, como se sabe, envolve um eleitorado de mais de 145.000.000 de eleitores aptos a votar.

Temos nesta ação a análise do pleito mais conturbado da história recente da nossa República.

Nesse contexto, tal qual alertado pelo relator, cabe a esta Corte Superior aferir a gravidade a partir dos seguintes parâmetros: “[...] (a) teor das mensagens e, nesse contexto, se continuam propaganda negativa ou informações efetivamente inverídicas; (b) de que forma o conteúdo repercutiu perante o eleitorado; (c) alcance do ilícito em termos de mensagens veiculadas; (d) grau de participação dos candidatos nos fatos; (e) se a campanha foi financiada por empresas com essa finalidade”.

Sua Excelência, a meu ver, acertadamente, assenta quanto ao ponto que:

[...] a parte autora não logrou comprovar nenhum dos parâmetros essenciais para a gravidade no caso, apesar das inúmeras provas deferidas nas AIJEs 0601968-80 e 0601771-28, do longo tempo de tramitação das demandas (cerca de três anos) e da reabertura da instrução probatória.

Com efeito, de início, não é possível extrair dos autos, mediante lastro probatório minimamente seguro, o teor das mensagens (item “a” acima), o modo pelo qual o conteúdo repercutiu perante o eleitorado (item “b”) e o alcance do ilícito em termos de disparos efetuados (item “c”).

De fato, na instrução processual deste feito, não se conseguiu comprovar os elementos necessários para a formação do juízo de gravidade exigido pela legislação, para que seja proferido juízo condenatório em desfavor dos investigados.

A par da diligente conduta de todos os relatores que se sucederam na relatoria das ações ora em julgamento, que, na qualidade de corregedores promoveram todas as diligências necessárias para a elucidação do caso, mesmo diante da débil atuação da parte autora, o esclarecimento dos fatos em apuração não restou completo.

A prova disso foi ofício enviado pelo WhatsApp, datado de 20.11.2019, que informa que os registros dos usuários da plataforma são preservados pelo prazo máximo de 6 meses, ou seja, há muito ultrapassado no momento em que realizada a requisição da diligência à empresa.

Esse fato, por si só, impediu efetivamente que fosse identificado o teor das mensagens, o número exato de pessoas alcançadas e, por consequência, a gravidade do fato quanto à eleição presidencial.

A própria ciência dos investigados não ficou comprovada.

Conforme afirmado pelo relator em seu voto, o conhecimento dos investigados é apenas indiciário.

Tampouco há prova nos autos a apontar que as empresas de disparo em massa foram contratadas por meio de pessoas jurídicas, fato que permitiria apurar os fatos à luz do abuso do poder econômico, que também integra o tipo do art. 22 da LC nº 64/1990.

Cumprido reafirmar que não existe elemento concreto nos autos, além das alegações da autora, que ao menos indique a ocorrência desse fato.

Diante desse quadro, é de se reconhecer que nestes autos não foram coletados elementos mínimos que autorizem a decretação da cassação dos diplomas emitidos em favor de Jair Messias Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão.

Ressalto, no ponto, que a jurisprudência pacífica e histórica desta Corte tem como paradigma o respeito à soberania popular, jamais tendo se prestado a cassar diplomas sem que o ilícito fosse sobejamente comprovado.

Entre tantos, cito:

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PREFEITO E VICE-PREFEITO. ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONFIRMOU A CASSAÇÃO DE DIPLOMA POR CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, ABUSO DE PODER ECONÔMICO, CONDUTA VEDADA E VIOLAÇÃO AO ART. 30-A DA LEI Nº 9.504/1997. DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL COM DINHEIRO PÚBLICO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Com base na compreensão da reserva legal proporcional, a grave sanção de cassação de diploma, medida excepcional, ante o afastamento da soberania popular, refletida nos votos atribuídos aos candidatos eleitos, exige provas contundentes, admitidas em Direito, respeitando-se as garantias do contraditório e da ampla defesa. Para o Ministro Celso de Mello, “meras conjecturas (que sequer podem

conferir suporte material a qualquer imputação) ou simples elementos indiciários desvestidos de maior consistência probatória não se revestem, em sede judicial, de idoneidade jurídica. Não se pode - tendo-se presente o postulado constitucional da não-culpabilidade - atribuir relevo e eficácia a juízos meramente conjecturais, para, com fundamento neles, apoiar um inadmissível decreto de cassação do diploma” (REspe nº 21.264/AP, rel. Min. Carlos Velloso, julgado em 27.4.2004).

[...]

(AgR-REspe nº 609-61/MG, rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 15.12.2015, *DJe* de 5.2.2016 – grifos acrescentados)

Isso posto, **acompanho integralmente o relator**, no sentido de julgar improcedentes os pedidos formulados nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral nºs 0601968-80/DF e 0601771-28/DF.

É como voto.